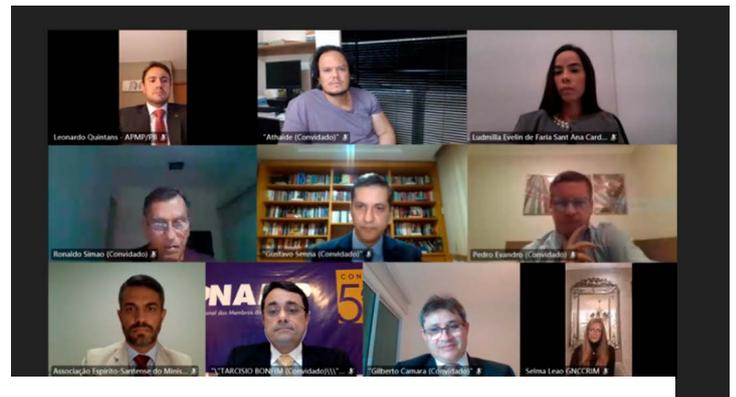




# CONAMP INFORMA

Boletim Mensal de Notícias

Ano VIII - Número 66 - junho de 2021



## CONAMP mantém mobilização contra retrocessos no novo CPP

Pág. 2

### CNMP

**CNPG define indicados ao CNMP para gestão 2021-2023**



Pág. 4

### CONSELHO DELIBERATIVO

**Lideranças nacionais prestigiam reunião do conselho deliberativo da CONAMP**



Pág. 5

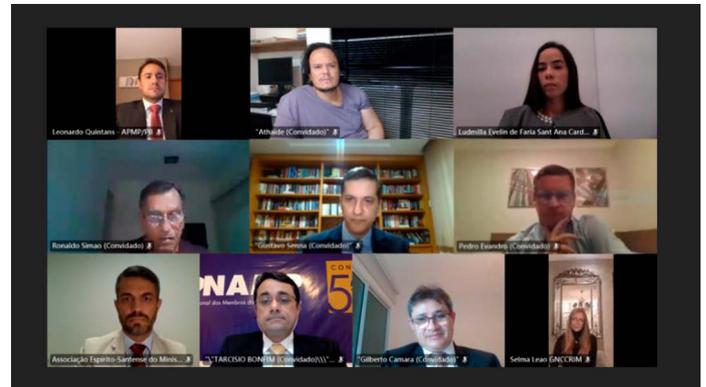
### FRENTAS

**Deputado Fábio Trad reúne-se com dirigentes da CONAMP e Frentas para tratar da PEC 280**



Pág. 6

# CONAMP mantém mobilização contra retrocessos no novo CPP



A reforma do Código de Processo Penal (PL 8045/2010) esteve em foco nos meses de abril e maio. A retomada da tramitação da matéria com a apresentação de um novo parecer mobilizou esforços da CONAMP e afiliadas contra os retrocessos do texto. A versão oficial do parecer foi publicada no dia 26 de abril e a previsão inicial era de votação no dia 14 de maio.

A CONAMP intensificou as atividades: a entidade participou de **11 audiências públicas virtuais promovidas pela Câmara dos Deputados**, realizou **sete webinars para discutir o**

**texto do parecer** e participou de **diversas reuniões com deputados**. Além de nota técnica, foi divulgada a cartilha “16

fatos que você não sabe sobre o novo CPP e que aumentarão a impunidade no Brasil”. Nas redes sociais, cards, vídeos e

**16 FATOS QUE VOCÊ NÃO SABE SOBRE O PROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL / CPP E QUE AUMENTARÃO A IMPUNIDADE NO BRASIL**

Entenda como o novo CPP (PL 8045/2010) enfraquece o sistema de segurança pública.

Este é um resumo de um estudo detalhado sobre o novo relatório do Código de Processo Penal (CPP), PL 8045/2010. Clique aqui e acesse o íntegro do documento.

- 1 Limitação do poder investigatório do Ministério Público (art. 19, § 3º)**  
O relatório (26 de abril/2021) do novo CPP propõe restringir a capacidade investigatória do Ministério Público. O MP não poderá investigar quando houver risco de eficácia da apuração dos crimes em razão do poder econômico ou político.  
O texto, na prática, é uma reação da PEC 20. A proposta também buscava limitar o Ministério Público e foi amplamente rejeitada pela Câmara dos Deputados (420 votos pela rejeição), após inúmeras manifestações da sociedade brasileira em junho de 2021.
- 2 Estabelece, como regra, prazo de duração de inquérito policial (art. 34)**  
A fixação de prazo para finalizar o inquérito policial não está de acordo com os parâmetros da legislação brasileira: o menor prazo prescricional previsto no Código Penal para a prescrição de um crime é de três anos. Enquanto o relatório do CPP fixa um (01) mês, antes o prazo de conclusão da investigação policial.  
Esse prazo estabelecido é incompatível com a complexidade inerente a cada investigação em razão da gravidade dos delitos, abrangendo a complexidade inerente a cada investigação em sua singularidade e as estruturas do Estado representado pela investigação.  
A medida é desproporcional e inconstitucional!

**Clique aqui e confira a cartilha lançada pela CONAMP sobre o CPP**

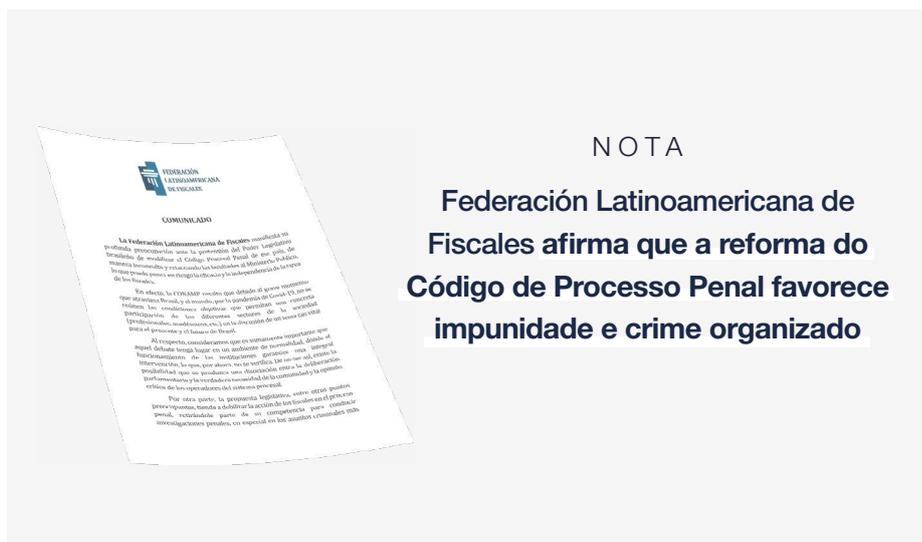
filtros especiais foram disponibilizados para alertar sociedade e parlamentares sobre os riscos do novo CPP. Houve ainda uma intensificação junto à imprensa por meio de artigos e entrevistas temáticas.

A fim de manter a higidez do processo penal e do sistema de Justiça criminal, bem como garantir uma proteção eficiente da sociedade e defender a atuação do Ministério Público brasileiro, a entidade e afiliadas trabalham em conjunto com as **associações nacionais do Ministério Público (CONAMP, ANPR, ANPT, ANMPM, AMPDFT)**, com o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE) e com o **Gabinete Integrado dos Profissionais de Segu-**

## rança Pública e do Ministério Público Brasileiro.

No início de junho, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), decidiu extinguir a comissão especial. Foi criado um grupo de trabalho com até 15 parlamentares para oferecer um diferente parecer ao projeto no prazo de 45 dias.

A CONAMP acompanha as atividades do novo GT. As lideranças associativas já estão em contato com os parlamentares a fim de contribuir com o texto legislativo, avançando na efetividade da Justiça criminal e alertando quanto a possíveis retrocessos, como a restrição do poder investigatório do Ministério Público.



### NOTA

**Federación Latinoamericana de Fiscales afirma que a reforma do Código de Processo Penal favorece impunidade e crime organizado**

ARTIGO

## Novo relatório do Código de Processo Penal torna Justiça criminal mais engessada e burocrática

Manoel Victor Sereni Murrieta  
Presidente da CONAMP

Ubiratan Cazetta  
Presidente da ANPR

José Antonio Vieira de Freitas Filho  
Presidente da ANPT

Trajano Sousa de Melo  
Presidente da AMPDFT

Edmar Jorge de Almeida  
Presidente da ANMPM

ARTIGO

## O processo investigatório democrático e a Constituição sob ameaça com os retrocessos das alterações no Código de Processo Penal

Por: **Manoel Murrieta**  
Presidente da CONAMP

## CNPG define indicados ao CNMP para gestão 2021-2023

Integrantes da diretoria e do conselho deliberativo da CONAMP acompanharam, no dia 28 de abril, a reunião do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPG), cuja pauta era a eleição de três indicados ao Senado para ocupar as vagas dos Ministérios Públicos Estaduais no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). No total, foram 14 candidatos inscritos.

Foram eleitos, em recondução para um segundo mandato, o ex-procurador-geral de Justiça do Rio Grande do Norte (RN), Rinaldo Reis Lima, e o procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre (AC), Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto. Ambos obtiveram 25 vo-



tos. O procurador-geral adjunto de Justiça Institucional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MS), Paulo Cezar dos Passos, recebeu 16 votos e foi indicado para a terceira vaga, após disputa acirrada com o procurador-geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Fabiano Dallazen, que obteve 14 votos.

Os membros do Conselho Nacional do MP têm mandato

de dois anos, admitida uma recondução. Antes da posse, os indicados são sabatinados pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) e passarão por votações na CCJ e, após, pelo Plenário do Senado Federal.

No dia 11 de maio, os indicados ao CNMP foram apresentados ao presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco.



### ARTIGO

## Alteração da composição do CNMP é desnecessária e inconstitucional



Manoel Victor Sereni Murrieta  
Presidente da CONAMP



Fábio George Cruz da Nóbrega  
Presidente da ANPR



José Antonio Vieira de Freitas Filho  
Presidente da ANPT



Trajano Sousa de Melo  
Presidente da AMPDFT



Edmar Jorge de Almeida  
Presidente da ANMPM

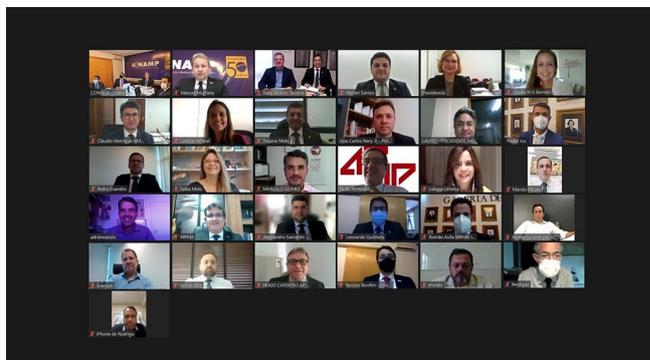


## Lideranças nacionais prestigiam reunião do conselho deliberativo da CONAMP



| [Leia mais](#)

## Conselho deliberativo discute ampla atuação em defesa do Ministério Público



| [Leia mais](#)

## Conselho deliberativo reforça mobilização sobre a reforma do CPP



| [Leia mais](#)

## CONAMP apresenta Agenda de Proteção das Mulheres à Coordenadora-geral da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados



| [Leia mais](#)

ARTIGO

# O TAC dos royalties de Belo Monte no município de Altamira

Por: **Daniel Braga Bona**

Promotor de Justiça do Estado do Pará

## Deputado Fábio Trad reúne-se com dirigentes da CONAMP e Frentas para tratar da PEC 280



O presidente da CONAMP, Manoel Murrieta, e o secretário-geral da entidade, Romão Ávila Júnior, participaram, no dia 9 de abril, de reunião da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) com o deputado Fábio Trad (PSD-MS). O parlamentar é relator da PEC 280/2016, que determina quantitativo de 30 dias de férias anuais com a remuneração única de um terço para todo o funcionalismo público nacional.

A medida tramita na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados.

As lideranças associativas da Frentas são integralmente contra a PEC 280/2016 devido às inconstitucionalidades e inadequações existentes no texto da proposição.

“Estamos passando por um momento delicado em que se tenta rotular negativamente o Ministério Público e a Magis-

tratura com o intuito de flexibilizar pilares fundamentais para a carreira e a atuação em defesa do Estado Democrático de Direito”, pontuou o presidente da CONAMP. Murrieta reforçou que as especificidades das carreiras justificam o direito à férias de sessenta dias e afirmou que a entidade está à disposição.

Ao se manifestar, o secretário-geral da CONAMP, Romão Ávila Júnior, presidente da Associação Sul-Mato-Grossense do

MP (ASMMP), agradeceu a disponibilidade do deputado e destacou o princípio de diálogo que pauta o trabalho de Fábio Trad.

Durante a reunião, foi entregue ao deputado Fábio Trad nota técnica da Frentas sobre a PEC 280/2016. No documento, entre outros pontos, as associações apontam que a PEC, assim como outras propostas legislativas a ela apensadas, se olvidam de elementos fundamentais para a análise do caso, quais sejam, a realidade institucional e as peculiaridades dos agentes políticos em discussão, como as garantias constituio-

nalmente previstas e seus regimes jurídicos, vedações e carga de trabalho. “A análise simplista apresentada pelas Justificativas das Propostas veicula a ideia de que a diminuição das férias acarretaria aumento da produtividade do Judiciário e do Ministério Público. Entretanto, as informações apresentadas demonstram que, em decorrência da extenuante atividade laboral desses profissionais, as férias de sessenta dias não se configuram um privilégio, mas sim um direito outorgado pela lei em razão das peculiaridades as quais estão submetidos.”

O parlamentar afirmou que a sua intenção é discutir o tema de maneira ampla, com “calma, serenidade, transparência e de forma republicana.” Fábio Trad informou que não pretende dar andamento à PEC durante o período crítico da pandemia e que pretende realizar audiência pública para discutir a matéria, oportunamente. Ressaltou, também, que não é sua intenção propor mudanças que desvirtuem a fundamentalidade das carreiras jurídicas.

# FRENTAS

Frente Associativa

da Magistratura e  
do Ministério Público

**Frentas publica Carta Aberta criticando a tramitação da reforma administrativa**

## CONAMP lança campanha de valorização do Ministério Público

A CONAMP lançou dia 16/05, em Brasília, a campanha nacional “MP. Todo dia, com o Cidadão”. O objetivo da iniciativa é reforçar para toda a sociedade a relevância da atuação independente dos membros do Ministério Público na fiscalização do Poder Público e manutenção da ordem jurídica e sua contribuição decisiva no dia a dia da população e no fortalecimento e preservação da democracia no Brasil.

O presidente da CONAMP, Manoel Murrieta, explica que a campanha busca enfatizar a importância do Ministério Público brasileiro ao destacar a presença da instituição no cotidiano da população.

Murrieta lembra que o MP está na linha de frente da fiscalização, do cumprimento dos direitos humanos e do cidadão, do combate à violência contra a mulher, direitos da criança e adolescente e acesso à educação. Além disso, o MP atua de forma firme e decisiva no combate à corrupção e outras investigações de criminalidade grave e organizada, como tráfico de drogas.

# MP. TODO DIA, COM O CIDADÃO.

A campanha “MP. Todo dia, com o Cidadão” já está no ar e as peças, como vídeos e cards, são veiculadas no canal oficial da Conamp no Youtube e nas páginas das redes sociais da associação.



**Clique aqui e confira  
vídeo de lançamento  
da campanha**

## Associação Sergipana do Ministério Público elege nova diretoria para biênio 2021/2023



[| Leia mais](#)

## Trajano Melo é reeleito Presidente da AMPDFT



[| Leia mais](#)

## Alessandro Samartin é empossado como presidente da Associação Amazonense do Ministério Público



[| Leia mais](#)

## Pedro Ivo é reeleito presidente da Associação Espírito-Santense do MP



[| Leia mais](#)

## No Espírito Santo, Pedro Ivo é reconduzido à presidência da associação estadual



[| Leia mais](#)

## CONAMP participa da posse da nova diretoria da Associação Cearense do Ministério Público



[| Leia mais](#)

## Presidente da Câmara dos Deputados recebe lideranças do Ministério Público



[| Leia mais](#)

## Câmara aprova compra de vacinas pelo setor privado com doação na mesma quantidade ao SUS



[| Leia mais](#)

## CONAMP é contra alteração do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas



[| Leia mais](#)

## STF: É inconstitucional competência exclusiva de PGJ para promover inquérito civil público e ação civil pública



[| Leia mais](#)

## CONAMP prestigia posse do novo procurador-geral de Justiça do Estado do Pará



[| Leia mais](#)

## Em Pauta: presidente da Conamp fala sobre os desafios do Ministério Público



[| Leia mais](#)

## CONAMP participa de posse do Procurador-Geral de Justiça e Corregedor-Geral do MP de Rondônia



[| Leia mais](#)

## GT Mulheres MCCE realiza segunda reunião e debate a Reforma Legislativa Eleitoral



[| Leia mais](#)

## Marfan Martins Vieira e conselheiro do CNJ realizam visita de cortesia ao presidente da CONAMP



[| Leia mais](#)

## CONAMP prestigia posse do novo presidente da ANPR



 POSSE DIRETORIA BIÊNIO 2021-2023

[| Leia mais](#)

## CONAMP participa de posse da nova diretoria da Anamatra



[| Leia mais](#)

## CONAMP participa de homenagem a membros do Ministério Público



[| Leia mais](#)

DIREITO

*em debate*

## Publicidade institucional: a linha divisória entre o dever de informação e a promoção pessoal

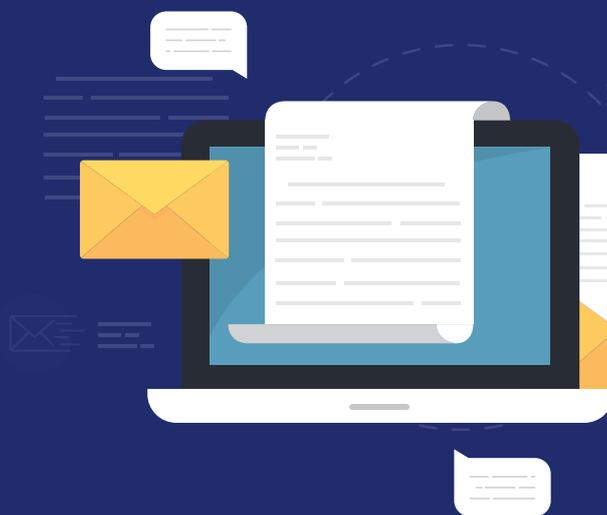
**Por: Emerson Garcia**

*Consultor Jurídico da CONAMP*



## Não perca nenhuma novidade da CONAMP

Assine nossa newsletter e receba em  
primeira mão as notícias da entidade



Perguntas ou comentários? Envie um e-mail para [imprensa@conamp.org.br](mailto:imprensa@conamp.org.br) ou ligue para 61.3314-1356